

Imagens negras no Espaço Escolar: Construção da Identidade Étnico-Racial na Educação Básica

Ivaldo da Silva Sousa¹
Elaine Ferreira do Nascimento²

Resumo: Este artigo analisa criticamente o papel das imagens e das representações nos espaços escolares como instrumentos de reafirmação ou negação das identidades negras. Por meio de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autores que abordam a questão racial no campo educacional, discute-se como os ambientes escolares têm historicamente reproduzido a invisibilidade do povo negro e como isso impacta a constituição da subjetividade dos estudantes negros. A escola é compreendida aqui como um território simbólico em disputa, onde a ausência de referências positivas sobre a população negra contribui para a manutenção do racismo estrutural. Buscamos ainda dar uma devida atenção de destaque para algumas intervenções didáticas-pedagógicas que já atentam para de significação dos espaços escolares a partir da valorização da história, da cultura e da estética negra, mostrando percursos para ações educacionais preocupadas com as questões étnico raciais e com promoção de identidades afirmativas. Assim, reafirma-se a importância da representatividade negra como um direito à existência plena e ao reconhecimento social.

Palavras-chave: Representatividade; Educação; Identidade; Imagens; Racismo estrutural.

Black Images in the School Environment: Constructing Ethnic-Racial Identity in Basic Education

Abstract: This article offers a critical examination of how images and representations within school environments function either to affirm or to deny Black identities. Drawing on a bibliographic review grounded in scholars who address racial issues in education, the study explores how schools have historically contributed to the invisibility of Black populations and how this invisibility influences the development of Black students' sense of self. The school is understood here as a symbolic space of contention, where the lack of positive Black representation perpetuates structural racism. The discussion also highlights pedagogical interventions that seek to reframe the meaning of school spaces by valuing Black history, culture, and aesthetics. These initiatives point toward educational practices that engage more deliberately with racial issues and support the formation of affirming identities. Ultimately, the text underscores Black representation as a fundamental right tied to full existence and social recognition.

Keywords: Representativeness; Education; Identity; Images; Structural racism.

Imágenes negras en el espacio escolar: Construcción de la identidad étnico-racial en la educación básica

Resumen: Este artículo analiza críticamente el papel de las imágenes y las representaciones en los espacios escolares como instrumentos de reafirmación o negación de las identidades negras. A través de una investigación bibliográfica basada en autores que abordan la cuestión racial en el ámbito educativo, se discute cómo los entornos escolares han reproducido históricamente la invisibilidad de la población negra y cómo esto

¹ Doutorando em Políticas Públicas, Mestre em Planejamento e Políticas Públicas, Pós-Graduado em Psicopedagogia, Pós-Graduado em Métodos do Ensino de Arte, Pós-Graduado em História e Literatura Afrodescendente, Graduado em Artes Plásticas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8266-3066> e-mail: ivaldo-sousa@uol.com.br / mestreivaldo@gmail.com

² Pós Doutora em Culturas Africanas da Diáspora e dos Povos Indígenas. Serviço Social (UFF), mestre e doutora em Ciências/Saúde Coletiva. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1998-4532> e-mail: negraelaine@gmail.com / elaine.nascimento@fiocruz.br

repercute en la constitución de la subjetividad de los estudiantes negros. La escuela se entiende aquí como un territorio simbólico en disputa, donde la ausencia de referencias positivas sobre la población negra contribuye al mantenimiento del racismo estructural. También buscamos prestar la debida atención a algunas intervenciones didáctico-pedagógicas que ya tienen en cuenta la importancia de los espacios escolares a partir de la valorización de la historia, la cultura y la estética negra, mostrando caminos para acciones educativas preocupadas por las cuestiones étnico-raciales y la promoción de identidades afirmativas. Así, se reafirma la importancia de la representatividad negra como un derecho a la plena existencia y al reconocimiento social.

Palabras-clave: Representatividad; Educación; Identidad; Imágenes; Racismo estructural.

1 INTRODUÇÃO

A escola é uma das estruturas centrais no processo de formação da consciência social, longe de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos, ela é parte integrante da engrenagem ideológica que sustenta a ordem social, sendo assim, é possível compreender a escola como uma instância reprodutora das relações de poder e das desigualdades de classe, raça e gênero, nessa lógica, o que se apresenta como neutro, os livros, os discursos, as imagens, frequentemente carrega a marca da classe dominante, naturalizando o privilégio branco e invisibilizando a contribuição histórica e cultural dos povos negros.

No contexto da educação básica brasileira, essa lógica se manifesta, entre outros aspectos, na escassez de representações visuais positivas de pessoas negras nos espaços escolares, os painéis, os murais, os cartazes comemorativos e os materiais pedagógicos tendem a retratar uma narrativa única, centrada em personagens brancos e europeus, como se estes fossem os únicos protagonistas legítimos da história, da ciência, das artes e da cidadania, a ausência de imagens que valorizem a população negra não é mero acaso, mas parte de um processo histórico de negação de sua humanidade, iniciado com a escravidão e perpetuado por uma ordem social que se sustenta na exclusão simbólica e material (Costa, 2010; Gomes, 2017).

Diante desse cenário, este artigo propõe uma reflexão sobre o impacto que a presença ou a ausência de representações visuais de pessoas negras nos espaços escolares exerce na perpetuação das desigualdades raciais, a indagação que orienta o estudo é: de que maneira a visibilidade ou invisibilidade de imagens que retratam a população negra influencia a construção da identidade étnico-racial de crianças e adolescentes negros? Partindo dessa problemática, o objetivo central da pesquisa é compreender como essas imagens atuam nos

processos de afirmação identitária, sentimento de pertencimento e valorização da autoestima de estudantes negros no ambiente escolar. Como objetivos específicos, propõe-se: (1) discutir o papel das imagens como dispositivos ideológicos de formação de subjetividades; (2) analisar criticamente a invisibilidade negra nos espaços escolares e suas implicações sobre a construção identitária; e (3) apontar caminhos para práticas pedagógicas que rompam com a lógica da exclusão simbólica, fortalecendo a representatividade negra como elemento central na formação cidadã e crítica.

A importância deste estudo está diretamente relacionada à necessidade urgente de enfrentar o racismo estrutural que persiste nas instituições de ensino, além disso, reforça-se a obrigação de dar pleno cumprimento à Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, parte-se da compreensão de que somente uma educação comprometida com a justiça social e com a valorização das identidades historicamente excluídas pode contribuir para a desconstrução dos mecanismos que perpetuam o preconceito racial e as desigualdades no contexto brasileiro.

2 METODOLOGIA

Este artigo resulta de uma investigação de natureza qualitativa, com delineamento bibliográfico e analítico, este estudo parte de uma perspectiva crítica que reconhece o papel da escola na conformação de visões de mundo, ao funcionar como um espaço no qual se consolidam práticas, símbolos e discursos alinhados às estruturas sociais vigentes, nesse contexto, os processos educativos não ocorrem de forma neutra, mas refletem interesses e disputas presentes na dinâmica social, a pesquisa foi construída com o objetivo de analisar os modos como a presença (ou ausência) de imagens de pessoas negras nos espaços escolares interfere na construção identitária de estudantes negros, especialmente no que se refere à subjetividade, ao pertencimento e à autoestima.

A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma leitura aprofundada dos processos simbólicos e culturais presentes na dinâmica escolar, indo além dos dados quantificáveis e explorando os sentidos e significados que os sujeitos atribuem às

representações visuais com as quais convivem diariamente, conforme aponta Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca compreender o universo simbólico que estrutura as práticas sociais, sendo, portanto, o caminho mais adequado à proposta deste estudo.

Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico, fundamentado na análise crítica de produções acadêmicas, obras teóricas, legislações educacionais e materiais pedagógicos disponíveis publicamente, a seleção das fontes priorizou autores negros e negras que constroem um pensamento comprometido com a luta antirracista e com a valorização da identidade étnico-racial no contexto educacional, tais como Gomes (2017), Gonçalves e Silva (2010), Carneiro (2003), Munanga (2004), Sousa(2024), além dos referenciais clássicos marxistas como Gramsci (2001) e Althusser (1985).

A pesquisa foi desenvolvida no ano de 2025, com foco nas práticas simbólicas observadas em escolas públicas brasileiras da educação básica, particularmente naquelas situadas em regiões periféricas urbanas e com grande presença de estudantes negros, embora o estudo não tenha envolvido coleta de dados empíricos com sujeitos humanos, foram considerados materiais pedagógicos, diretrizes curriculares, imagens recorrentes em murais escolares (via observações documentadas em pesquisas já publicadas), além de pareceres oficiais sobre a implementação da Lei nº 10.639/2003.

Para a análise dos dados, foi adotada a técnica de análise de conteúdo crítica, orientada por categorias e interpretação, tais como ideologia, hegemonia e reprodução social, articuladas às categorias de raça, identidade e representação, a análise considerou o modo como as imagens, ou a sua ausência, atuam como aparelhos ideológicos na manutenção das desigualdades raciais, reforçando padrões excludentes e naturalizando a ausência do negro como sujeito histórico e epistêmico nos espaços escolares.

Embora o estudo seja de natureza teórica, foram respeitados os princípios éticos da pesquisa acadêmica, como a correta citação das fontes, a valorização da autoria negra e a preocupação com o não apagamento de vozes historicamente silenciadas, considerando que não houve envolvimento direto de participantes, não se aplicou a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme estabelecido pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Imagens que Educam: Representatividade Negra nos Espaços Escolares e sua Influência na Construção da Identidade Étnico-Racial

O ambiente escolar desempenha papel central na formação de identidades, valores e na construção de uma sociedade plural e democrática, a partir da promulgação da Lei nº 10.639/2003, tornou-se obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino do Brasil, tal medida visa não apenas reparar ausências históricas, mas também fortalecer a construção de uma identidade étnico-racial positiva para estudantes negros, nesse contexto, a representatividade negra nos espaços escolares, tanto nos materiais didáticos quanto nos ambientes físicos e nas práticas pedagógicas, torna-se elemento indispensável na luta contra o racismo e na promoção de uma educação antirracista.

A ausência de imagens, símbolos e referências que valorizem a população negra no contexto educacional não é uma questão meramente estética, mas revela um processo histórico de apagamento e silenciamento de saberes, culturas e contribuições afro-brasileiras, segundo Sousa (2023), a escola precisa ser compreendida como espaço de disputa simbólica, onde se reproduzem, mas também podem ser desconstruídas, práticas discriminatórias.

O autor destaca que a aplicação da Lei nº 10.639/2003, especialmente em escolas quilombolas e em determinadas instituições urbanas, tem desempenhado um papel significativo na reconfiguração das práticas pedagógicas, ao incorporar referências visuais, relatos e símbolos que enaltecem a cultura negra, esses espaços escolares passam a exercer uma influência positiva na valorização da trajetória dos estudantes negros, contribuindo para o desenvolvimento de uma identidade étnico-racial fortalecida e para a elevação da autoestima desses educandos.

A experiência da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio, localizada na comunidade do Curiaú, no município de Macapá, apresentada por Sousa (2023), revela como práticas pedagógicas que incorporam elementos da cultura afro-brasileira geram impactos significativos na percepção dos alunos sobre si mesmos e sobre seu lugar na sociedade, a

utilização de murais, fotografias, materiais didáticos contextualizados e a realização de atividades culturais específicas criam um ambiente que rompe com a lógica excludente presente na maioria das escolas tradicionais.

A representatividade nas imagens e nos materiais escolares não se limita à presença de personagens negros, mas abrange também a valorização de suas histórias, de suas lutas e de suas conquistas, esse processo educativo fortalece não apenas os alunos negros, que se reconhecem como sujeitos históricos, mas também os alunos não negros, que passam a compreender a diversidade étnico-racial como parte constitutiva da sociedade brasileira.

Assim, a escola assume papel ativo na desconstrução do racismo estrutural, ao possibilitar que seus alunos desenvolvam uma consciência crítica sobre as desigualdades e preconceitos historicamente construídos, conforme Sousa (2023), investir em representações que valorizem a negritude no espaço escolar não é um favor ou concessão, mas um dever social e pedagógico. A representatividade negra nos espaços escolares transcende a mera inserção de imagens e materiais; ela constitui uma prática pedagógica comprometida com a formação de sujeitos conscientes, críticos e capazes de atuar na transformação da realidade, as reflexões trazidas por Sousa (2023) demonstram que a adoção de práticas educativas que valorizem a identidade étnico-racial dos estudantes negros contribui significativamente para o enfrentamento do racismo e para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, garantir que os ambientes escolares sejam espaços de valorização da diversidade étnico-racial é um caminho indispensável para o fortalecimento da cidadania, da autoestima e da construção de uma sociedade mais justa e equânime.

Para compreender a complexidade das representações étnico-raciais na escola, recorre-se a um conjunto de autores que abordam, sob diferentes perspectivas, as relações raciais, a identidade negra e o papel simbólico das imagens no campo educacional. Segundo Carneiro (2005), o racismo brasileiro opera de forma silenciosa, frequentemente mascarado por discursos de igualdade formal, a autora destaca que a ausência de representações negras positivas nos meios educativos e culturais contribui para a construção de uma subjetividade marcada pela negação, ao analisar os efeitos dessa invisibilidade, Carneiro afirma que o

apagamento simbólico da população negra não apenas compromete a autoestima de estudantes negros, como também legitima hierarquias raciais historicamente estabelecidas.

Gomes (2003), ao tratar da educação das relações étnico-raciais, afirma que a escola brasileira ainda reproduz, em grande parte, uma lógica eurocêntrica, tanto em seus conteúdos quanto em seus símbolos, a autora defende que as representações visuais, como as imagens de figuras históricas e referências culturais nas escolas, precisam refletir a diversidade do povo brasileiro, para Gomes, garantir visibilidade positiva às figuras negras no ambiente escolar é um gesto de afirmação identitária e resistência política. Munanga (2004), por sua vez, critica o mito da democracia racial e ressalta que a omissão da história e da cultura afro-brasileira nos espaços escolares é um dos pilares que sustentam o racismo no Brasil, o autor argumenta que a valorização da memória africana e da presença negra na formação do país deve estar presente não só nos conteúdos curriculares, mas também nas práticas pedagógicas e nos espaços simbólicos da escola.

A perspectiva teórica sobre a imagem como construção de sentido é aprofundada por Hall (1997), que considera a representação um processo ativo de produção de significado, para ele, as imagens não são espelhos neutros da realidade, mas sim meios de estruturação do mundo social, assim, a forma como determinados grupos são (ou não) representados interfere diretamente em sua legitimação social, no caso da população negra, a ausência de imagens positivas nos espaços escolares fortalece uma lógica de marginalização.

A pensadora feminista Bell Hooks (1995) contribui ao discutir o lugar da imagem na disputa por reconhecimento, para Hooks, a presença de representações negras nos espaços públicos, e particularmente nos espaços educativos, é fundamental para desconstruir a hegemonia branca e valorizar a multiplicidade da experiência negra, a autora defende que a imagem tem poder pedagógico e político, e que a escola deve ser um local onde as crianças negras possam se ver de forma afirmativa e digna, é necessário destacar o papel das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004), que estabelecem princípios e práticas para a promoção da equidade racial nas escolas, tais diretrizes reforçam que a educação deve estar comprometida com a valorização da história e

cultura afro-brasileira e africana, o que inclui também a ressignificação dos espaços escolares por meio da presença de símbolos, imagens e referências positivas da população negra.

3. 2 Imagens que Educam: o Espaço Escolar como Lugar de Disputa Simbólica

A escola não é apenas um lugar físico delimitado por paredes e carteiras escolares, ela é também um campo simbólico onde diferentes valores, narrativas e representações disputam espaço e legitimidade, as imagens que compõem o cenário escolar, sejam elas quadros nas paredes, ilustrações nos livros didáticos, murais de datas comemorativas ou cartazes educativos, carregam intencionalidades pedagógicas e políticas, assim, mais do que adornos visuais, essas imagens funcionam como dispositivos de poder que ensinam, silenciam, reforçam ou contestam determinadas visões de mundo. Segundo Barbosa e Manso (2010), a escola transmite significados por meio da visualidade tanto quanto por meio da linguagem escrita e oral, o que se expõe nos corredores, nas salas de aula e nas feiras escolares é, muitas vezes, a materialização de uma hierarquia simbólica, em que o sujeito branco, europeu e masculino ocupa centralidade como ideal de humanidade, progresso e civilização, a população negra, quando presente, aparece em situações de subalternidade histórica, quase sempre limitada à escravidão, aos serviços braçais ou à representação folclórica e caricatural.

Nessa perspectiva, o conceito de “racismo visual”, trabalhado por Bessa (2016), é particularmente útil, para a autora, o racismo não se limita à linguagem e aos comportamentos explícitos, ele se manifesta também na ausência, na omissão e na seleção do que pode ou não ser mostrado, em um ambiente escolar onde não se vêem pessoas negras representadas como intelectuais, cientistas, líderes ou artistas com protagonismo, a mensagem que se transmite é a de que essas posições não são naturais, nem acessíveis, à população negra.

O campo da cultura visual, conforme analisado por Rogoff (2004), mostra que a imagem é também uma linguagem, dotada de gramáticas e sentidos próprios, a seleção de imagens que decoram o espaço escolar reflete valores sociais e ideológicos, ao optar por expor majoritariamente figuras eurocentradas, as escolas não apenas reproduzem o

imaginário colonial, mas atualizam, de forma simbólica, a exclusão histórica da população negra dos espaços de prestígio e saber.

A produção de identidades, nesse contexto, não ocorre de forma neutra, Hall (1997) argumenta que as identidades são construções discursivas e visuais, a ausência de imagens negras positivas nos espaços escolares compromete a construção de uma identidade negra afirmativa, negando aos estudantes negros o direito de se reconhecerem como sujeitos de valor e pertencentes à coletividade nacional, por isso, a imagem também educa, seja para o empoderamento, seja para a marginalização. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004) indicam que os ambientes escolares devem promover a valorização da diversidade étnico-racial, não apenas por meio dos conteúdos curriculares, mas também na ambiência escolar como um todo, isso significa pensar criticamente os símbolos, as imagens e as referências culturais expostas cotidianamente nos espaços escolares, a fim de que todos os estudantes possam se sentir representados e valorizados.

Trabalhar com imagens que afirmem positivamente a negritude, como retratos de pensadores/as negros/as, referências à ancestralidade africana, representações de famílias negras em situações cotidianas, entre outros, contribui diretamente para a desconstrução de estigmas e para a construção de uma educação antirracista, conforme aponta Silva (2009), é a presença simbólica dos sujeitos nos espaços sociais que torna possível a construção de demandas coletivas, quando determinados grupos permanecem invisíveis no plano das representações, suas existências e necessidades tendem a ser ignoradas pelas estruturas institucionais, o reconhecimento, portanto, não é um detalhe, é condição para que esses sujeitos sejam legitimados como portadores de direitos. A escola, portanto, é um espaço em disputa: nela se definem quais histórias merecem ser lembradas, quais corpos são considerados normais, quais imagens são autorizadas a circular, a superação do racismo simbólico exige, portanto, uma ação intencional e crítica sobre as representações visuais que estruturam o ambiente escolar, é necessário não apenas incluir imagens de pessoas negras, mas garantir que essas imagens rompam com os estereótipos históricos e celebrem a diversidade e a potência da experiência negra.

3.3 Representatividade negra e subjetividade: o direito de se ver e se reconhecer

A construção da subjetividade é profundamente atravessada pelas experiências sociais, culturais e simbólicas às quais os sujeitos estão expostos, no contexto escolar, esse processo ganha contornos específicos: é nesse espaço que se consolidam visões de mundo, valores identitários e percepções sobre o pertencimento social, para estudantes negros e negras, a ausência ou a estigmatização de suas referências culturais, históricas e estéticas nos ambientes escolares compromete gravemente o desenvolvimento de uma autoestima afirmativa e de uma identidade racial positiva, a noção de representatividade não se resume à presença numérica de sujeitos negros em materiais didáticos ou murais escolares. Trata-se, sobretudo, de garantir que essa presença ocorra de maneira simbólica e politicamente significativa, rompendo com os estereótipos historicamente construídos e oferecendo imagens que afirmem a diversidade e a potência da população negra, como aponta Fanon (2008), o olhar do outro pode aprisionar o sujeito negro em uma identidade imposta, a escola, ao promover representações unilaterais ou silenciadas da população negra, contribui para esse aprisionamento simbólico. Nesse sentido, é preciso reconhecer a centralidade da imagem e da linguagem na construção da subjetividade, Bell Hooks (1995), ao discutir o impacto das imagens na formação da identidade negra, afirma que o processo de se ver representado de forma positiva é um passo fundamental para o empoderamento, a ausência de imagens negras como protagonistas do conhecimento, da liderança e da criação cultural comunica, ainda que de forma silenciosa, que esses lugares não pertencem ao povo negro.

A escola, ao longo da história, foi uma das instituições que mais reproduziram a lógica da branquitude como norma, segundo Gomes (2012), o currículo escolar, tanto o oficial quanto o oculto, foi estruturado para validar o conhecimento eurocêntrico e invisibilizar saberes e práticas afro-brasileiras e indígenas, a superação desse modelo exige uma reestruturação não apenas dos conteúdos, mas também das representações que circulam nos espaços escolares.

A representatividade negra é, portanto, um ato político e pedagógico, é por meio dela que o estudante negro pode se reconhecer como parte de uma coletividade com história,

cultura e contribuição social relevantes, como afirma Munanga (2004), negar ou silenciar essa dimensão equivale a amputar simbolicamente a cidadania de milhões de brasileiros.

Além disso, a presença de representações negras positivas contribui para a formação ética e política de todos os estudantes, não apenas dos negros, ao conhecerem e valorizarem outras matrizes civilizatórias, os estudantes brancos são desafiados a rever seus próprios privilégios e a construir uma postura mais crítica e inclusiva, como enfatiza Cavalleiro (2001), o combate ao racismo exige um currículo comprometido com a justiça racial, o que inclui o cuidado com as imagens e narrativas que compõem o cotidiano escolar.

3.4 Ações Educativas e a Reconfiguração do Ambiente Escolar por Meio da Presença Negra Representativa

Edificar uma escola que respeite, valorize e promova a representatividade negra demanda muito mais do que simples ajustes curriculares. Trata-se de uma transformação profunda, que envolve repensar as práticas pedagógicas e as concepções que sustentam o cotidiano educacional. Para que isso ocorra, é indispensável o engajamento ativo de toda a comunidade escolar, o que inclui a qualificação contínua dos docentes, a análise crítica dos materiais didáticos, a reestruturação dos espaços escolares e, acima de tudo, a adoção de um posicionamento ético e político comprometido com a equidade racial.

Segundo Gomes (2005), a implementação de práticas pedagógicas voltadas para a equidade racial passa pela desconstrução de paradigmas eurocêtricos e pela valorização dos saberes e experiências oriundos das populações negras, isso significa criar espaços de escuta, diálogo e produção de conhecimento em que a ancestralidade africana e afro-brasileira não sejam apenas temas esporádicos, mas dimensões constitutivas do processo educativo. Dentre as práticas exitosas, destacam-se aquelas que utilizam a arte, a literatura e as manifestações culturais de matriz africana como instrumentos pedagógicos, o uso de obras de escritores negros, como Conceição Evaristo, por exemplo, tem potencial não apenas para ampliar o repertório literário, mas também para permitir que estudantes negros se reconheçam como sujeitos de saber e criação (Evaristo, 2007). Do mesmo modo, trabalhar com a musicalidade

afro-brasileira, como o samba, marabaixo, batuque o maracatu e os tambores do quilombo, pode aproximar os conteúdos escolares das realidades culturais dos estudantes e contribuir para a construção de vínculos identitários positivos.

Outra frente importante de atuação pedagógica está na formação continuada dos docentes, conforme destacam Silva e Tavares (2010), muitos professores ainda não se sentem preparados para abordar as questões étnico-raciais em sala de aula, seja por falta de formação inicial adequada, seja por insegurança diante da complexidade do tema, a realização de oficinas, seminários e rodas de conversa com especialistas e lideranças negras pode contribuir significativamente para o fortalecimento das práticas antirracistas.

Além disso, o espaço físico da escola também comunica valores, imagens nos murais, nomes de salas, decoração de eventos e escolha de datas comemorativas são expressões simbólicas que devem ser repensadas, dar visibilidade a personalidades negras da história brasileira, como Dandara dos Palmares, Zumbi, Ganga Zumba, Carolina Maria de Jesus e Abdias do Nascimento, é um modo de romper com o silenciamento histórico e propor novas referências para todos os estudantes (Nascimento, 2003).

A transversalidade da Lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, deve ser entendida não como uma imposição burocrática, mas como uma oportunidade de reconfigurar o projeto pedagógico em direção a uma educação comprometida com a diversidade e a equidade, segundo Candau (2012), o trabalho com a interculturalidade crítica permite à escola superar a lógica da inclusão simbólica e atuar de forma efetiva na construção de uma sociedade plural. Transformar o espaço escolar em um lugar de acolhimento e afirmação da identidade negra é um desafio coletivo e contínuo, as práticas pedagógicas que incorporam a representatividade negra com intencionalidade crítica e sensibilidade cultural representam passos concretos para esse horizonte, trata-se, como enfatiza Freire (1996), de reconhecer o outro como sujeito do seu próprio processo formativo, o que só é possível quando a escola rompe com a lógica da negação e aposta em uma pedagogia do reconhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu da inquietação sobre o papel das imagens presentes nos espaços escolares e seu impacto na construção da identidade étnico-racial de estudantes negros e negras, ao longo da pesquisa, buscamos compreender como a ausência ou a representação distorcida da população negra nos murais, livros, painéis e demais elementos visuais da escola contribui para a reprodução de um projeto pedagógico que silencia vozes, nega pertencimentos e reforça desigualdades historicamente construídas.

A investigação permitiu confirmar que o problema não se restringe apenas à falta de imagens, mas diz respeito a um processo mais profundo de exclusão simbólica, quando os sujeitos negros não se veem reconhecidos como produtores de conhecimento, como protagonistas da história ou como referências positivas no cotidiano escolar, tem-se o reforço de uma pedagogia marcada pela omissão e pela hierarquia racial, esse cenário compromete não apenas a formação individual, mas também o direito coletivo ao reconhecimento, à dignidade e à cidadania plena.

Ao mesmo tempo, ao identificarmos experiências educativas que enfrentam essa lógica de negação, por meio da valorização da ancestralidade, da presença de autores negros nos conteúdos, do diálogo com as comunidades quilombolas e da reconstrução dos Projetos Político-Pedagógicos, percebemos que a escola também pode ser um espaço de ruptura e de reconstrução, quando a presença negra é reconhecida e afirmada nos discursos e nas práticas pedagógicas, criam-se condições para a emergência de novas subjetividades, mais seguras, conscientes e fortalecidas.

Assim, cumpre-se aqui o objetivo de discutir o lugar das imagens como mediadoras da identidade étnico-racial no ambiente escolar, bem como de propor caminhos pedagógicos para enfrentar as exclusões impostas pelo racismo estrutural, reafirma-se que a presença negra na escola não deve ser tratada como exceção ou concessão pontual, ela precisa ser incorporada como parte integrante do projeto educativo, refletindo um compromisso ético com a pluralidade, com a reparação histórica e com a justiça racial.

Lutar por uma escola que represente e valorize os diferentes grupos sociais é mais do que um posicionamento pedagógico, é uma exigência política de quem acredita na educação como ferramenta de transformação social, a representatividade negra nos espaços escolares

deve ser compreendida como uma ação concreta no processo de reconhecimento, e não como uma estratégia estética ou meramente simbólica, somente assim será possível romper com os silêncios impostos e abrir espaço para outras narrativas, outras imagens e outras histórias, todas igualmente dignas de serem vistas, lembradas e celebradas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae; MANSO, Juliana. **Imagens da escola: o espaço escolar como ambiente visual educativo**. São Paulo: Cortez, 2010.

BESSA, Danielle. **O racismo visual e a escola: o que (não) vemos na educação básica?** In: PEREIRA, Amílcar Araújo; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (orgs.). **Educação e relações raciais: saberes e práticas para educar para a igualdade**. Brasília: MEC/SECADI, 2016. p. 121-136.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural: mediações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Marília Alves de. **Dizem as paredes: a escola pública como espaço de disputa e negociação de vozes e silêncios**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 204-248, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5965/1984317816012020448>.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2001.

COSTA, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. **Educação das relações étnico-raciais: desafios e perspectivas para a prática docente**. Brasília: MEC/SECAD, 2010.

COSTA, Wesley Ribeiro; MELO, Cláudia Regina Antunes de. **Educação antirracista na prática docente: desafios e possibilidades**. Práticas Educativas, Memórias e Oralidades, Fortaleza, v. 5, n. 3, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/5880>. Acesso em: 29 maio 2025.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra: pesquisa e práticas pedagógicas em questão**. Brasília: MEC/SECAD, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Educação para a diversidade: democratização, direitos e justiça social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores: uma abordagem crítica**. In: GOMES, Nilma Lino (org.). Educação e diversidade étnico-racial: pistas para a ação pedagógica. Brasília: MEC/SECAD, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Um olhar sobre o processo de implementação da Lei 10.639/03: desafios e possibilidades**. In: BRASIL. Diversidade étnico-racial na educação. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Representation: cultural representations and signifying practices**. London: Sage/Open University, 1997.

HERNÁNDEZ, Fernando. **De que hablamos cuando hablamos de cultura visual?** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 9-34, 2005.

HOOKS, bell. **Ain't I a woman? Black women and feminism**. Boston: South End Press, 1995.

HOOKS, bell. **Art on my mind: visual politics**. New York: The New Press, 1995.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo, conhecimento e cultura**. São Paulo: Cortez, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

ROGOFF, Irit. **Terra infirma: geographies visual culture**. London: Routledge, 2004.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Educação das relações étnico-raciais: desafios e perspectivas para a prática docente**. Brasília: MEC/SECAD, 2010.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; TAVARES, Viviane. **Práticas pedagógicas e formação docente para as relações étnico-raciais**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 969-987, 2010.

SILVA, Tânia Maria Figueiredo da; NASCIMENTO, Maria Aparecida do. **A Lei 10.639/03 e a formação de professores: avanços, limites e desafios**. Educação & Formação, Fortaleza, v. 7, n. 3, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/6960>. Acesso em: 29 maio 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOUSA, Ivaldo da Silva. **A Lei 10639/03: Comparação entre escola Quilombola e Urbana**. 1 ed. Macapá: Gráfica e Editora Cromoset, 2023.

TOURINHO, Irene. **As experiências do ver e ser visto na contemporaneidade: por que a escola deve lidar com isso?** In: MENDONÇA, Raimundo (coord.). **TV Escola / Salto para o Futuro: Cultura Visual e Escola**. Ano XXI, Boletim 09, ago. 2011. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/isabeldantas/festa-e-ludicidade/arte-educacao/imagem-identidade-e-escola.-martins-raimundo>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Recebido em: 30/09/2025

Aceito em: 30/11/2025

Publicado online em: 08/12/2025